



# ARQUIVOS NÃO SÃO NEUTROS: APROXIMAÇÕES AS PROBLEMÁTICAS DA PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DE HISTÓRIA URBANA A PARTIR DO ARQUIVO AGUIRRA (MUSEU PAULISTA/USP)

## EIXO TEMÁTICO: REGIMES DE VERACIDADE E HISTORICIDADE

### **BORIN, Monique Félix**

Doutora em História pela UNICAMP; Pós-doutoranda no Museu Paulista – USP.  
moniquebfelix@gmail.com

### **RESUMO**

Esta comunicação discute as problemáticas da preservação dos Arquivos mobilizados nas pesquisas do campo da história urbana, questionando a concepção da arquivologia como uma técnica neutra de gestão da massa documental em acervos públicos. Buscamos evidenciar, a partir do caso da formação e aquisição do Arquivo Aguirra pelo Museu Paulista (USP), como tanto a formação, como a preservação e tratamento de um acervo para disponibilização à pesquisa são atravessados por intencionalidades que expressam os interesses políticos dos agentes envolvidos nessas diferentes etapas do processo que leva ou não um conjunto documental a ser produzido, preservado e amplamente disponibilizado para consulta. Propomos que a arquivística seja tratada como um campo de conhecimento contingente, tal como os demais campos de conhecimento das ciências humanas e sociais aplicadas, e que esta perspectiva seja manejada tanto para as pesquisas nesses acervos, quanto para a gestão deles. Concluímos que os desafios colocados pela ampliação das perguntas e a agentes estudados no campo da história urbana exigem que pesquisadores, profissionais e gestores de arquivos atuem para a ampliação de acesso a alguns acervos já preservados, mas também para a aquisição ativa de novos conjuntos documentais historicamente desprezados nas políticas de aquisição e preservação em Arquivos Públicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** arquivo; gestão documental; arquivo aguirra; história urbana; preservação.

## **ABSTRACT**

This paper discusses the problems of preserving archives mobilized in research in the field of urban history from the perspective of questioning the conception of archival science as a neutral technique for managing the documents in public collections. We seek to highlight, based on the case of the formation and acquisition of the Aguirra Archive by the Museu Paulista (USP), how both the formation, preservation, and treatment of a collection for availability for research are crossed by intentions that express the political interests of the agents involved in these different stages of the process that leads or not to a set of documents being produced, preserved and made widely available for consultation. We propose that archival science be treated as a field of contingent knowledge, like other fields of knowledge in Human and Applied Social Sciences, and that this perspective be handled both for research into these collections and for their management. We conclude that the challenges posed by the expansion of questions and agents studied in the field of urban history require researchers, professionals, and archive managers to act to expand access to some already preserved collections, but also to actively acquire new sets of documents historically disregarded in acquisition and preservation policies in public archives.

**KEY-WORDS:** *archive; arquivo aguirra; urban history; preservation.*

## **RESUMEN**

Esta comunicación analiza los problemas de preservación de los Archivos movilizados en la investigación en el campo de la historia urbana desde la perspectiva de cuestionar la concepción de la archivística como técnica neutral para la gestión de la masa de documentos en las colecciones públicas. Buscamos resaltar, a partir del caso de la formación y adquisición del Archivo Aguirra por el Museu Paulista (USP), cómo tanto la formación, preservación y tratamiento de un acervo para su disponibilidad para la investigación está atravesado por intenciones que expresan intereses políticos de los agentes involucrados en estas diferentes etapas del proceso que conducen o no a que un conjunto de documentos sean producidos, preservados y ampliamente disponibles para consulta. Proponemos que la archivística sea tratada como un campo de conocimiento contingente, al igual que otros campos de conocimiento en las ciencias humanas y sociales aplicadas, y que esta perspectiva sea manejada tanto para la investigación de estas colecciones como para su gestión. Concluimos que los desafíos planteados por la expansión de las cuestiones y los agentes estudiados en el campo de la historia urbana requieren que investigadores, profesionales y gestores de archivos actúen para ampliar el acceso a algunas colecciones ya preservados, pero también para adquirir activamente nuevos conjuntos de documentos históricamente ignorados en políticas de adquisición y preservación en archivos públicos.

**PALABRAS CLAVE:** *archivo, gestión documental; arquivo aguirra; historia urbana; preservación;*

Os acervos de história urbana cresceram expressivamente nas últimas décadas. Parte pelo movimento da própria gestão documental, já que documentos continuaram a ser produzidos, avaliados e tratados, sendo recolhidos aos acervos permanentes quando julgado pertinente, mas sobretudo pela ampliação dos acervos que são do interesse do campo da história urbana neste período. As novas agendas de pesquisa, os questionamentos a teses consolidadas a partir de novas perguntas e a emergência de novos interlocutores na produção acadêmica exigiram a busca de outras fontes. Assim, não apenas o acervo das Secretarias de Obras, o espólio das concorrências para a elaboração de planos urbanísticos, as atas de debates no poder legislativo sobre regulamentação de ações urbanísticas ou os acervos de escritórios de arquitetura e engenharia, mas também acervos criminais, fotográficos, cartoriais, literários e acervos pessoais com diários e correspondências de agentes que não eram nem figuras públicas da administração ou de negócios, e nem envolvidos diretamente na construção civil, passaram a ser compreendidos como fontes importantes neste campo de pesquisa (BORIN, 2017, p. 104-106). O movimento de diversificação de fontes foi benéfico para o campo da história urbana, trazendo novas perspectivas de pesquisa e permitindo abordar fenômenos a partir de agentes historicamente ausentes das fontes mais recorrentemente valorizadas nessa área de pesquisa.

Entretanto, a diversificação de fontes gerou também desafios, especialmente quando a combinação ou cruzamentos de fontes de tipos diferentes são analisadas em um mesmo trabalho. O pesquisador deve estruturar uma abordagem metodológica dando conta da abordagem de cada tipo de fonte e, também, das características das suas combinações ou cruzamentos, tudo isso informado por sua perspectiva teórica. Essa é uma etapa fundamental do trabalho do historiador, já que partimos da concepção partilhada, basilar na disciplina, de que por si só as fontes não dizem nada, de que se exige que o documento “seja habilmente questionado para adquirir sentido” (FARGE, 2009: 21). A consolidação da perspectiva de que as fontes não são um repositório neutro de informações, que sua análise tem que considerar as condições de sua produção e de seus produtores, ou seja, que um olhar crítico metodológico deve guiar o trabalho com os documentos, não se expandiu, no

entanto, para o entendimento da formação de acervos e dos Arquivos que salvaguardam esses acervos. Da mesma forma que cada documento individualmente, todo conjunto documental, seja de origem pessoal, privada ou pública, tem intencionalidade na sua criação e, principalmente, na sua preservação. Se, por longo período, foi necessário combater o senso comum que os documentos revelavam sozinhos a história, estamos atravessando impasses históricos importantes que colocam a necessidade de enfrentar o senso comum de que os Arquivos seriam apenas uma instituição técnica de guarda de documentação:

Ordinariamente, considera-se o arquivo apenas como instituição responsável por armazenar os papéis inertes da história (eis o lugar em que o Estado e a ciência régia se dão as mãos), que aguardariam pela ação ativa da ciência historiadora mediada pelos corretos instrumentos fornecidos pela sua própria metodologia. (SALOMON, 2011, p. 34).

Há pelo menos três camadas que marcam a intencionalidade nos Arquivos: a própria disposição dos produtores desses acervos; as decisões que levaram esses acervos a serem preservados e incorporados a uma instituição de salvaguarda; e, por fim, a forma com que esse acervo é tratado e organizado para disponibilização à consulta. Tanto as questões contingenciais, quanto as prescritivas, as normas que regulam a criação de Arquivos e o arcabouço teórico para organização de acervos, estão envolvidas em um emaranhado de disposições políticas que têm impacto sobre esses acervos e seus usos. Esta dimensão dos Arquivos não os inviabiliza como instituições promotoras da história e da memória, porém incide nas formas de se lidar com seus acervos tanto para a pesquisa histórica quanto para pensar estratégias para sua difusão. É necessário enfrentar a noção perniciosa de técnica neutra na gestão de Arquivos e acervos para que os desafios que nos levaram a buscar a diversificação de fontes no campo da história urbana sejam enfrentados. Nesta comunicação, refletimos sobre como esse entendimento impacta os desafios para a preservação de acervos mobilizados no campo da história urbana. Para isso, partimos dos

problemas levantados ao longo do trabalho com o Fundo João Baptista de Campos Aguirra, conhecido como Arquivo Aguirra, que compõe o acervo documental do Museu Paulista.<sup>1</sup>

## **FORMAÇÃO E AQUISIÇÃO DO ARQUIVO AGUIRRA**

O Arquivo Aguirra é assim conhecido pois foi produzido por João Baptista de Campos Aguirra, que foi ativo tanto no negócio de comercialização de terras em São Paulo quanto, posteriormente, identificou um nicho de mercado para atuação que consistiu em recolher e classificar informações sobre transações fundiárias desde o período colonial para vender atendimento a eventuais interessados, principalmente partes envolvidas em transações fundiárias e disputas pela propriedade de terras. Entre 1920 e 1930, Aguirra operava através da “Aguirra & Cia – Comissários”, uma empresa de compra e venda de terras urbanas especialmente atuante na zona sul da capital paulista. Na década de 1940, Aguirra passa a operar outra empresa, denominada “Informação Aguirre – Informações sobre títulos de propriedades imobiliárias”, é o arquivo deste empreendimento comercial que se tornará o Fundo João Baptista de Campos Aguirra, adquirido pelo Museu Paulista, através de compra, na década de 1960. O Arquivo Aguirra é composto por documentação cartográfica, manuscrita e impressa, que tratam principalmente sobre concessões, vendas e compras de terras e imóveis desde o período colonial até a década de 1940 (PIRES, 2003, p. 61). A formação deste acervo está diretamente vinculada as ações profissionais e aos interesses do seu produtor: décadas antes de abrir sua empresa de informação sobre transações fundiárias, Aguirra já era um conhecedor da história de São Paulo, tendo se vinculado como membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) em 1924, onde publicou artigos na revista do instituto, além de contribuir na organização da sua biblioteca e, em 1926, participou da comissão que debatia os limites dos estados de São Paulo e Minas Gerais (PIRES, 2003, p. 63).

Assim, a documentação cartográfica e impressa, que se trata principalmente de recortes de jornais e folhetos sobre questões judiciais do Tribunal de Justiça, foi coletada ao

---

<sup>1</sup> Esta comunicação faz parte dos resultados de pesquisa em desenvolvimento com financiamento da FAPESP (processo nº 22/00841-4).

longo de toda a trajetória profissional de Aguirra como um interessado e pesquisador da história de São Paulo dentro da perspectiva da história paulista triunfalista desenvolvida pelo IHGSP. Especialmente se tratando da cartografia, a aquisição desta coleção está dentro da lógica de mercantilização de documentos históricos que operava entre os membros do IHGSP, que tinha como traço a valorização do colecionismo de bens culturais e históricos como um dinâmica social importante entre seus membros nas estratégias de distinção entre esses representantes das elites intelectuais de São Paulo.<sup>2</sup> A parte mais valiosa do Arquivo Aguirra é o “fichário com transcrições, em geral manuscritas, de dados de registros paroquiais, cartas de sesmarias, inventários, escrituras, artigos de jornal, etc. Subdividido em seis séries temáticas de fichas.” (MALHEIRO, 1977/78, p. 202). É justamente por esse conjunto de fichas que o Arquivo Aguirra é entendido como uma fonte documental relevante para explorar as dinâmicas fundiárias da cidade de São Paulo, já que concentra em um só conjunto documental a variedade de transações possíveis com a propriedade de terras urbana e rural. Mas o é, principalmente, porque as fichas permitem acesso a uma informação de difícil acesso aos pesquisadores: os dados cartoriais de transações fundiárias.

A maior parte da informação coletada e organizada por Aguirra tem o acesso público garantido, com exceção da documentação cartorial, que é mantida sob a administração dos próprios Cartórios e não são de recolhimento obrigatório a instituições de custódia documental pública apesar de seu interesse público. Apesar das tentativas de mudança da

---

<sup>2</sup> No artigo “As Missões nos cadernos de Afonso Antônio de Freitas”, Rubens Fernandes Jr. Relata como os cadernos de Afonso Antônio de Freitas lhe foram ofertados por Byron Gaspar, um colecionista e membro emérito do IHGSP. O artigo permite acessar essas dinâmicas de circulação desta documentação histórica na lógica de comércio de antiguidades e raridades entre colecionistas tendo o IHGSP como ponto de contato entre esses agentes. Entre 2004 e 2005, ações foram empreendidas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo por ficar constatado que o IHGSP estava vendendo documentação de interesse público, e inclusive documentação pública como autos-crime, para a manutenção da entidade. Parte da documentação foi recolhida ao Arquivo Público do Estado de São Paulo em 2005 como medida cautelar, especialmente a documentação pública em posse do instituto irregularmente (Ata da 39ª Reunião Plenária ordinária do CONARQ (05/12/2005); Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/aceso-a-informacao/reunioes-plenarias/ata-da-39a-reuniao-plenaria-ordinaria-do-conarq> (acessado em 21/05/2024).

gestão dos Cartórios feita na Constituição de 1988, com a implementação de concurso público para a seleção de Tabeliões, na prática a maior parte dos Cartórios no país segue a lógica de concessão colonial, sendo a cessão de exploração deste serviço pelo poder público a um tabelião repassada ao longo do tempo para seus familiares e agregados. Assim, ao longo de todo o período republicano, não apenas os serviços correntes foram explorados comercialmente pelos Cartórios, mas o próprio acesso à informação se tornou um ativo importante e valioso. Os custos e os limites que os cartórios impõem para o acesso a essa documentação tornam virtualmente impossível a um pesquisador o trabalho com essa documentação em investigações sem fins lucrativos. Essa contingência de acesso às informações cartoriais, aliadas à aproximação de informações sobre um mesmo lote ou terreno de outras fontes, conforma a especificidade do Arquivo Aguirra.

Considerando as dificuldades de acesso a documentação cartorial, é um fato notável o imenso arquivo que Aguirra pode amear ao longo das suas décadas de atuação – cerca de 500 mil fichas. O que permitiu a Aguirra ter esse acesso privilegiado a documentação cartorial? Segundo ele mesmo, em entrevista dada ao Diário da Noite em 1941, ele obteve o acesso em um esquema de permuta com os arquivos: em troca de cópias dos documentos, ele provia um fichário completo com a documentação daquele cartório organizada, facilitando a consulta (PIRES, 2003, p. 63). A posição social de Aguirra desempenhou um papel importante, tanto na possibilidade de acesso aos tabeliões, quanto na confiança que estes depositaram nele para essa permuta de serviços. A família não estava entre as mais distintas ou de maiores posses, porém tinha uma posição social suficiente para garantir participação de seu pai, João Baptista de Campos Pinto, na administração municipal em Piracicaba, e, também, garantir o casamento de uma de suas irmãs, D. Theresa Cunha Bueno, com o Visconde da Cunha Bueno, tornando-se, assim, a Viscondessa de Cunha Bueno. O acesso privilegiado de Aguirra a essa documentação para formar seu próprio Arquivo proporcionado pelas relações entre as elites, que também se expressam na forma com que colecionistas utilizavam o IHGSP como ponto focal para circulação de documentos históricos, se releva na aquisição do Arquivo Aguirra pelo Museu Paulista.

As tratativas para a compra do Arquivo Aguirra iniciaram ainda em 1960, a partir da demanda do então diretor (substituto) do Museu naquele momento, Mário Neme, intelectual de Piracicaba. A defesa de Neme pela aquisição pelo Estado deste Arquivo mobilizava a projeção de um grande interesse de particulares, entre eles bancos, na aquisição do acervo e o preço mais baixo aceito por Aguirra para garantir o uso público do seu trabalho de muitos anos, impossível de ser replicado mesmo por um corpo inteiro de pesquisadores (PIRES, 2003, p. 65). A compra foi efetivada em 1962, ao custo de um milhão de cruzeiros, pela então responsável pelo Museu, a Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo, naquele momento administrada por Oscar Klabin Segall, um dos filhos do artista plástico Lassar Segall com uma das herdeiras da família Klabin (PIRES, 2003, p. 65). O Museu Paulista é integrado à Universidade de São Paulo (USP) em 1963, em um momento posterior ao da aquisição do Arquivo Aguirra, no entanto, as políticas de aquisição do acervo documento do Museu até ali seguiam uma lógica similar a compra deste conjunto documental.

No mesmo período que Aguirra coloca em funcionamento sua primeira empresa, Affonso Taunay foi nomeado diretor do Museu Paulista, iniciando sua longa administração a frente da instituição em 1917 – na qual permaneceu até 1945. Apesar de engenheiro de formação, qualificação pela qual desempenhou as funções de professor no nível superior e técnico, se notabilizou nos ofícios de biógrafo, ensaísta, lexicógrafo, tradutor, e historiador, especialmente pelos seus escritos sobre as bandeiras (BREFE, 2005). Era filho do Visconde de Taunay, neto do Barão de Vassouras, tinha relações de parentesco com os Silva Teles e se casou com a neta do Barão de Sousa Queiroz. Taunay se valeu da sua ampla rede de relações dentro das elites para iniciar a coleção de documentos históricos do Museu, acionando seus contatos para informar que estava coletando “[...] documentos antigos referentes a história e a tradição paulista e brasileira [...]” (BREFE, 2022, p. 90). As doações atingiram vulto com a circulação da informação dos interesses do novo diretor do Museu, tendo o chamamento de Taunay sendo replicado na imprensa destacando o novo perfil histórico que o Museu assumia em sua administração (BREFE, 2022, p. 92).

A nomeação de Taunay atendia a intenção de preparar o Museu para as comemorações do Centenário da Independência, entretanto o novo diretor tinha um projeto intelectual próprio para a instituição, que consistia na “[...] organização de um museu histórico dedicado a conservar, colecionar e expor documentos e objetos históricos de interesse para a reconstituição da história nacional do ponto de vista de São Paulo.” (BREFE, 2022, p. 88). Os apelos de Taunay deram frutos, já que ainda em 1917 o Museu inaugurou sua primeira sala de exposição integralmente dedicada à História na perspectiva do passado paulista triunfalista (BREFE, 2022, p. 90). Os apelos de Taunay iam no sentido de não apenas conseguir doações de documentos ao Museu, mas visava obter privilégio no acesso aos documentos históricos que estavam no circuito comercial de colecionadores – cujas lógicas não operam apenas na oferta e demanda, já que as relações interpessoais cumprem um papel fundamental. Significativamente, os interesses de Taunay e Aguirra coadunam nos esforços iniciais para a formação da coleção feita pelo novo diretor:

Os primeiros documentos que procurou e adquiriu para as coleções do Ipiranga foram mapas e cartas geográficas brasileiras e paulistas, do período colonial [...]. O interesse em colecionar a cartografia colonial demonstra uma preocupação em conhecer o traçado original do Brasil e de São Paulo, sua transformação ao longo do tempo até a delimitação do território nacional, com suas fronteiras definitivas. [...] Além da cartografia, ele também procurou colecionar uma variedade de documentos coloniais referentes às diversas fases da vida paulista num período que vai de 1550 a 1822: inventários de bandeirantes ilustres, cartas de propriedade de sesmarias, contas de negócios dos séculos 17 e 18, listas de remessas de ouro tirado do sertão, roteiro de minas, cartas setecentistas trocadas entre parentes e amigos, registros de cartas régias e atos oficiais, livros de notas tabelionais, autógrafos de personalidades notáveis (bandeirantes, escritores, homens de governo). (BREFE, 2022, p. 90).

A partir da década de 1920, a coleção de documentos históricos do Museu se avoluma principalmente pelo empenho sistemático de Taunay na sua aquisição, entretanto, é preciso destacar que essas aquisições seguiam as intenções de pesquisa e a linha historiográfica do diretor do museu (BREFE, 2022, p. 93). Se Taunay utilizou a agência de uma instituição pública para coletar documentos que lhe interessavam para construir sua perspectiva historiográfica — que exalta a importância da contribuição dos paulistas para a formação e consolidação da sociedade brasileira, apontando os bandeirantes como grandes heróis dessa epopeia de vitória da civilização que emanava de São Paulo para os sertões do

país — não foi um simples acaso qual interpretação histórica ficou cravada na instituição como um todo. Ainda que partindo de interesses da sua pesquisa, as disposições historiográficas de Taunay ficaram gravadas na constituição deste acervo, portanto nas possibilidades de pesquisa proporcionadas por ela. As escolhas para a formação de acervos comportam, ainda que a partir de interesses aparentemente individuais, um direcionamento teórico e metodológico das pesquisas vindouras, o que coloca desafios para quem atua na preservação destes conjuntos documentais.

## **OS DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DE ACERVOS**

Ao explorar a trajetória de formação e aquisição do Arquivo Aguirra, não buscamos condená-lo como problemático ou maculado por interesses à priori. Pelo contrário, procuramos destacar como todo conjunto documental é marcado por intencionalidade, por interesses dos seus produtores e organizadores, e que essa dimensão também deve ser observada no trabalho com as fontes. Como argumenta Stuart Hall: “Arquivos não são acervos históricos inertes. Eles sempre se mantêm em uma relação dialógica ativa com as questões que o presente coloca para o passado; e o presente sempre coloca de forma diferente suas questões de uma geração a outra.” (2001, p. 92).<sup>3</sup> Assim, o acervo coletado por Taunay não permite somente a construção de uma história bandeirante, permite também uma contra história bandeirante, permite uma história da construção historiográfica das elites paulistas como centralidade dos processos civilizatórios no Brasil, dentre outras possibilidades interpretativas. O Arquivo Aguirra permite uma história das transações fundiárias entre proprietários, mas também permite acessar como os conflitos de terras eram manejados pelas elites para a exclusão do direito de propriedade aos mais pobres, e os mecanismos desenvolvidos para esse fim.

---

<sup>3</sup> Tradução da autora, original: “Archives are not inert historical collections. They always stand in an active, dialogic, relation to the questions which the presents puts to the past; and the present always puts its questions differently from one generation to another.”

Se a não neutralidade dos Arquivos é uma problemática colocada para o pesquisador, ela também tem efeitos sobre as dinâmicas de preservação dos acervos em uma dimensão compartilhada entre pesquisadores, profissionais e gestores dessas instituições. A arquivística é um dos campos de conhecimento da ciência da informação, que opera na intersecção das grandes áreas de ciências sociais aplicadas e ciências humanas (MENDES, 2017). A dimensão da aplicabilidade deste campo do conhecimento, por vezes, faz com que tanto profissionais da área, quanto pesquisadores que consultam os acervos, obliterem a dimensão contingencial que o conhecimento arquivístico compartilha com os demais campos do conhecimento destas grandes áreas. O trabalho arquivístico é regulado por uma série de normativas, se baseando em uma série de legislações que regem a gestão da massa documental pública que pautam a construção de outros instrumentais tal como planos de gestão documentais e tabelas de temporalidades. As normativas buscam manter critérios amplos para a garantia de observação dos interesses públicos na gestão documental em diferentes contextos e regiões, no entanto, é evidente a impossibilidade de se estabelecer parâmetros que garantam a neutralidade no trato com a massa documental.

Um dos exemplos, nesse sentido, são os múltiplos entendimentos acerca da noção de “interesse público” ao longo do tempo, o que torna frequente a revisão e reformulação de normativas. Se por vezes há um discurso que as modificações ocorrem apenas por novos desafios técnicos, como no caso da introdução de documentos nato-digitais, há uma literatura consolidada que consistentemente aponta o caráter contingencial do conhecimento arquivístico, indicando que as revisões são necessárias para adequação as mudanças sociais no entendimento sobre quais interesses devem ser observados no tratamento e preservação de conjuntos documentais (SMIT, 2009; GIL, 2024). Ainda que haja uma defesa da arquivística como um conhecimento universal capaz de realizar a desejada mediação entre os diferentes interesses envolvidos na gestão documental por meio do

emprego da técnica, a limitação desta proposição fica clara nos embates no cotidiano dos Arquivos pelas divergências nas interpretações e usos feitos das normativas gerais.<sup>4</sup>

Assumir a inevitabilidade dessa limitação e enfrentar suas implicações coloca o primeiro desafio para a preservação de acervos que queremos destacar: é fundamental que se documente – e seja garantido o acesso público sobre – as discussões e escolhas feitas para a preservação ou não de cada acervo, assim como as diretrizes mobilizadas para o seu tratamento arquivístico. Assim, será possível que pesquisadores conheçam mais elementos, circunstâncias e possíveis conflitos das decisões tomadas e acessem uma dimensão da gestão dos acervos nem sempre trazida à tona e, por vezes, pouco clara para seus usuários. Este é um desafio particularmente exigente para profissionais de Arquivo já que a documentação desses processos de trabalho implica em revelar vulnerabilidades deste campo: tanto do ponto de vista da exiguidade de recursos financeiros disponíveis, o que por vezes determina uma escolha por viabilidade de execução ainda que não seja a melhor opção “técnica”; quanto porque a documentação dos debates vai permitir perscrutar o peso do papel das disposições individuais nas decisões para a organização destes acervos e suas implicações.

Deriva desta questão um elemento importante para essa discussão: como os gestores e profissionais de Arquivos tornam-se agentes ativos nas implicações políticas que o tratamento arquivístico imprime nos acervos. Por serem órgãos, em geral, preteridos nos investimentos públicos, a instituição consolidou o discurso que “faz o que pode com os

---

<sup>4</sup> Um exemplo recente e que expressa a seriedade desta questão foi a resistência de gestores e profissionais de alguns Arquivos que salvaguardavam documentação de órgãos de repressão do governo durante a ditadura civil-militar a permitir acesso, negando consultas ou tarjando nomes nos documentos antes da consulta. Argumentavam que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) feria a teoria das três idades, já que esses acervos estariam na idade intermediária, ou ainda que revelar os nomes feria o direito a intimidade dos perpetradores de violações de direitos humanos que estavam vivos ou suas famílias. No entanto, está explícito no artigo 21 da referida lei que “as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.”

poucos recursos que têm”. Ou seja, despolitiza a discussão e interdita o debate sobre as repercussões das ações – e inações, bem como torna as críticas um ataque ao trabalho sacrificado dos profissionais que trabalham com poucos recursos e aos esforços de preservar a história e a memória nestas condições. Ainda que dimensões importantes do problema, a falta de investimentos e desvalorização desses profissionais não obliteram a dimensão política das escolhas dessas instituições compostas por agentes e dos efeitos de ações cotidianas, como a própria tarefa de alocar os poucos recursos disponíveis.

O segundo desafio que destacamos parte das implicações de desnaturalizar a formação dos acervos, o que nos permite enfrentar com mais qualificação os limites que nos são impostos pelas fontes que interrogamos para fazer história urbana. Se entendemos que a ação política foi fundamental para formar e preservar acervos, e que também o foi para dar mais e melhor acesso a alguns deles, se impõe a tarefa de atuar duplamente: tanto para que conjuntos documentais preservados com acesso restrito tenham ampla possibilidade de consulta, como para defender a preservação de conjuntos documentais que queremos que estejam disponíveis para os futuros pesquisadores.<sup>5</sup> Um primeiro desafio é o de assumir o abismo no tratamento prioritário para acesso dos diferentes acervos que passaram a ser interesse do campo da história urbana com a ampliação de fontes. Com recursos escassos, escolhas são feitas, e as fontes de origem criminal, em São Paulo, por exemplo, seguem há anos com uma limitação de acesso sistemática, pouco enfrentada por historiadores, que buscam apenas soluções individuais para seus acessos de pesquisa, sendo o acervo, público, atualmente gerido por um empresa privada – situação oposta a mobilização para promover o debate público quando da doação do acervo de Paulo Mendes da Rocha à Casa da Arquitectura em Portugal, entendida como evidência da perda de patrimônio nacional.<sup>6</sup> A

---

<sup>5</sup> Essa reflexão nos foi suscitada por diálogos recentes entre Paulo César Garcez Marins e Joana Mello de Carvalho e Silva na defesa da livre docência “Pensar a casa com Clarice Lispector: domesticidade, interseccionalidade e cultura material (1945-1960)” (SILVA, 2024).

<sup>6</sup> Em 2011, uma pequena parte do acervo anterior a 1890 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi transferido para o Arquivo Público do Estado, o recorte foi escolhido para limitar a transferência porque o volume de documentação em guarda permanente do TJSP duplicaria o acervo da APESP, ver em: <https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=9967> ; em 2020, o

comparação é mobilizada, aqui, para assinalar a dimensão da responsabilidade compartilhada pelos pesquisadores do campo no quadro atual, demonstrando que o problema não está circunscrito às instituições arquivísticas.

Se há o problema de acesso a documentos que nos permitem acessar outras camadas da população menos documentadas, há casos de completa ausência sobre determinada parcela de relações sociais na constituição do urbano nos acervos atuais — expressando-se somente por essa ausência (MATTOS, 2013). Entender a intencionalidade na constituição e preservação dos acervos é também agir, portanto, para promover que outros conjuntos documentais, de outras camadas sociais, tenham seu valor histórico reconhecido em prol de sua aquisição e preservação em acervos públicos. A valorização, com investimentos, dos espaços de memória e acervos comunitários, pelo papel que desempenham na salvaguarda da massa documental popular, que foi preterida nas estratégias institucionais de preservação, é mais uma ação necessária neste reconhecimento. Iniciativas como o Centro de Memória Queixadas, na periferia da zona oeste de São Paulo, o Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Guaianás, na periferia da zona leste de São Paulo, o Arquivo Dona Orosina Vieira, no complexo de favelas da Maré no Rio de Janeiro, e o Acervo da Laje, no subúrbio ferroviário de Salvador, desafiam o pressuposto de que as classes populares não produziam esses documentos, e que por esse motivo não são objeto das políticas de preservação das instituições públicas de salvaguarda de acervos.<sup>7</sup> Além de fortalecer e financiar essas iniciativas, é necessário que outros acervos sejam incorporados às instituições públicas de salvaguarda de documentação.

O maior Arquivo público do país, o Arquivo Nacional, contava, em 2020, com 350 fundos privados no seu acervo, sendo destes 271 arquivos pessoais ou familiares (CRIVELLI,

---

acervo do arquiteto Paulo Mendes da Rocha foi doado à Casa de Arquitectura de Portugal, gerando longos debates e pedidos de intervenção para que a documentação permanecesse no país, ver em: <https://revistaprojeto.com.br/noticias/acervo-de-mendes-da-rocha-e-doado-a-casa-de-arquitectura-de-portugal/>

<sup>7</sup> Essas instituições podem ser conhecidas através dos seus sites, que em alguns casos contam com repositórios digitais: <https://cmqueixadas.com.br/acervo> ; <https://cpdocguaianas.com.br> ; <https://www.museumare.org/arquivo> ; <https://www.acervodalaje.com.br>.

2021, p. 1), sendo a maioria expressiva acervos constituídos por homens nascidos no século XIX e mortos no século XX (CRIVELLI, 2021, p. 19). A última grande leva de incorporações destes acervos privados pela instituição foi na vigência do Programa Memórias Reveladas, especialmente entre os anos de 2009 e 2013, período anterior ao estabelecimento da política oficial para aquisição e recebimento de doações de acervos privados na instituição, que data de 2018 (CRIVELLI, 2021, p. 12). Apenas dois anos depois, um movimento global exigiu reparação histórica para grupos oprimidos pelo projeto colonial por meio da derrubada e depredação de estatuas de escravagista e genocidas de indígenas, colocando em pauta como o patrimônio histórico reforçava signos e índices de violência colonial. Mas como esse debate atravessa o campo dos arquivos? Historicamente, como foi apresentado a partir do Arquivo Aguirra, os Arquivos Públicos recolheram a documentação de pessoas consideradas importantes em cada época, por vezes por meio de compra, que passam a compor seu acervo — ainda que não fosse prerrogativa de suas funções administrativas o recolhimento desta documentação de caráter privado. Com a mudança de conjuntura no debate público, obrigando a ver outros agentes como também importantes no processo histórico, ampliando as histórias consideradas de interesse pela população, a postura resistente de algumas instituições e profissionais a novas incorporações é justificada apenas por empecilhos outros, como a ausência de espaço físico para alocar os novos acervos. Com isso, seguem negando a incorporação de conjuntos documentais importantes produzidos por pessoas e grupos sociais que diferem dos já preservados nos acervos públicos.

Sem negar a dimensão material do problema ou negar os poucos investimentos destinados às instituições arquivísticas públicas, é necessário enfrentar o debate indicado por essas tensões, bem como tomar ação sobre essa incongruência: a nossa concepção de história vem se transformando, os agentes históricos das pesquisas se ampliaram, novas pesquisas trazem problemas que não podem ser respondidos com os acervos disponíveis para consulta, entretanto não há um movimento amplo de pensar novas políticas de aquisição de acervos voltados para esses outros grupos sociais e a preservação dessa documentação por instituições públicas. Para os desafios que estão colocados, é fundamental trabalharmos para trazer os Arquivos para a arena do debate político se

quisermos agir em prol de uma gestão democrática dos acervos, fundamental não só ao campo da história urbana, mas para toda reflexão histórica.

## REFERÊNCIAS

BORIN, Monique. **Acervos históricos e estudos da urbanização: cruzamento de fontes urbanísticas e judiciárias como recurso metodológico.** Thésis, v. 2, p. 102-117, 2017.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **O museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. **A história das Coleções do Museu Paulista: Taunay e as coleções de documentos para a história do Brasil.** LIMA, Solange Ferraz de (coord). Para entender o Museu. São Paulo: Edusp, 2022, p. 88-95.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de; SILVA, Joana Mello de Carvalho e. **DOSSIÊ - Fazer história: o estatuto das fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história de arquitetura e da cidade no Brasil.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 24, p. 11-18, 2016.

CRIVELLI, Renato. **Arquivos pessoais no arquivo nacional: análise sobre a composição do acervo e a prática da institucionalização.** Anais do Simpósio Internacional de Arquivos. São Paulo, 2021.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES Junior, Rubens. (2021). **As Missões nos cadernos de Afonso Antônio de Freitas.** Teresa, 21, 589-600.

GIL, Tiago Luís. (2024). **Sobre big data e neo-positivismo digital na pesquisa em história.** Almanack, Guarulhos, n.36.

HALL, Stuart. **Constituting an Archive.** Third Text, Londres, v. 15, 2001.

MALHEIRO, Maria Cecília Stávale. **O Arquivo Aguirra do Museu Paulista.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, t. 27, p.201-205, 1977/8.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio.** Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

MENDES, Luciana Corts. **Informação e agência: por uma ciência da informação humanística e social.** Atas VIII Encontro Ibérico EDICIC. Coimbra, 2017.

PIRES, Walter. **Arquivo Aguirra: fonte documental sobre a formação territorial de São Paulo.** Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 61-78, 2003.

SALOMON, Marlon. **Saber dos arquivos.** Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

SMIT, Johanna W. **Novas abordagens na organização, no acesso e na transferência da informação.** SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de (Orgs.). Ciência da Informação: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. p. 57-66.